

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

26-11-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. José Carlos Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Vieira*.

304034118

Anúncio n.º 12803/2010**Processo n.º 445/09.0TBPNF — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Requerente: Cerâmica — Fátima & Costa, L.^{da}
Insolvente: Cosmeã, Construções, S. A.

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Cosmeã, Construções, S. A., NIF 506807770, Endereço: Lugar de Lamosa, Recesinhos, Penafiel, 4560-807 São Martinho Resesinhos.

Administrador da Insolvência: Dr.^a Teresa Alegre, Endereço: Rua do Mercado, Bloco 3,2.º Dto., Apartado 204, 3781-907 Anadia.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por:

O Administrador da insolvência verificar que a massa insolvente é insuficiente para a satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa insolvente — artigo 232.º do CIRE.

Efeitos do encerramento: Artigo 233.º do CIRE.

16-12-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. José Carlos Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Anabela Martins Rio Silva*.

304079203

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL**Anúncio n.º 12804/2010****Proc.: 117-H/1998 Prestação de Contas (Liquidatário)**

N/Referência: 2455618

Requerente: Romão Manuel Claro Nunes
Falido: Transiferro — Transportes, L.^{da} e outro(s).

O Dr. Dr(a). Rosa Maria Cardoso Saraiva, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o falida(o) Transiferro — Transportes, L.^{da}, NIF — 501268685, Endereço: E.N. n.º 1, Km. 158, 7, 3101 Pombal, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.).

03-12-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Rosa Maria Cardoso Saraiva*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Cristóvão*.

304037578

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTA DELGADA**Anúncio n.º 12805/2010****Processo n.º 1640/10.5TBPDL — Insolvência de pessoa colectiva (CIRE)**

Requerente: Medeiros & Gonçalves, Limpezas Domésticas, L.^{da}, NIF 512070741, Endereço: Rua Espírito Santo, 71 G, R/C, Torres Loreto, Ponta Delgada, e Insolvente: Açor Consulte — Serviços de Consultadoria, L.^{da}, NIF 512051690, Endereço: Rua Coronel Miranda, N.º 12, 9500-174 Ponta Delgada.

Administrador da insolvente: David Duque, Endereço: Rua Dr. João de Barros, 93 A, 2725-490 Mem Martins.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente nos termos do 230.º n.º 1 al. d), 232.º, 233.º e 234.º, todos do C.I.R.E.

Efeitos do encerramento: os previstos nos artigo 233.º do CIRE.

3 de Dezembro de 2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Paulo Amaral*. — O Oficial de Justiça, *Ana Gomes*.

304105463

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTALEGRE**Aviso n.º 27675/2010****Processo: 806/10.2TBPTG — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

N/Referência: 1303577

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Portalegre, 2.º Juízo de Portalegre, no dia 08-11-2010, às 11.29 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Mundipetra, L.^{da}, NIF — 502609109, Endereço: Rua do Jogo da Bola, N.º 27 Gáfete, Crato, 7430-000 Crato, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: António Marmelo Garcia Gomes e José Manuel Ventura Gomes, a quem é fixado domicílio na morada supra indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Patrícia Sofia Marques Navalho, Endereço: Rua José Augusto Pimenta, 48 — 3.º Esq., 2830-086 Barreiro

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 17-01-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

09-11-2010. — O Juiz de Direito, em regime de estágio, *Dr. Pedro Lago Varanda*. — O Oficial de Justiça, *Estrela Nogueiro*.

304037886

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTIMÃO

Anúncio n.º 12806/2010

Processo n.º 2545/10.5TBPTM — Insolvência

No Tribunal Judicial da Comarca de Portimão 1.º Juízo Cível nos autos de Insolvência acima indicados

Em que é Insolvente Leote Simões Unipessoal, L.ª, NIF 506403947 Endereço Rua Trabuco Alexandre n.º 20, 1-E, 8500-315 Portimão.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo foi encerrado:

A decisão de encerramento foi determinada por artigo 230 n.º 1 alínea d) do CIRE quando o Administrador da Insolvência constata a insuficiência da massa insolvente para satisfazer as custas do processo e restantes dívidas da massa insolvente.

Efeitos do encerramento artigo 232 n.º 1, 1.ª parte do CIRE com todos os seus efeitos artigo 233 do CIRE.

Portimão, 16 de Dezembro de 2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Sandra dos Reis Luis*. — A Oficial de Justiça, *Maria Dália Vicente*.

304083456

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Anúncio n.º 12807/2010

Processo: 1924/10.2TJPRT

Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 9898874

Insolvente: Maria Antónia Gomes da Mota.
Credor: Banco Espírito Santo, S. A., e outro(s).

Nos 1.º e 2.º Juízos Cíveis do Porto, 1.º Juízo — 1.ª Secção de Porto, no dia 15-12-2010, pelas 11:35 h, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Maria Antónia Gomes da Mota, estado civil: Divorciado, NIF: 131858637, Endereço: Rua Monte da Estação, 361-1, 4300-346 Porto, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Sebastião Campos Cruz, Endereço: Rua Dr. Serafim Lima, 245, 1.º Sala 7, 4785-315 Trofa

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea i do artigo 36.º CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 24-03-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

15-12-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Mónica Alexandra da Silva Oliveira*. — O Oficial de Justiça, *Sandra Cruz*.

304074287

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Anúncio n.º 12808/2010

Processo: 1809/10.2TJPRT

No 3.º e 4.º Juízos Cíveis do Tribunal da Comarca do Porto, 4.º Juízo — 1.ª Secção de Porto, no dia 07-12-2010, pelas 16:37 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

José Orlando Falcão Ribeiro Pereira, casado, nascido em 04-10-1965, concelho de Amarante, NIF — 179286269, BI — 7290762, Endereço: Rua Alberto Serpa, n.º 161 — 1.º, Hab. n.º 3, Ramalde, 4100-010 Porto e

Susana Manuela Alves Martins Ribeiro, casada, nascida em 25-11-1972, concelho de Amarante, freguesia de Freixo de Cima [Amarante], NIF — 200903292, BI — 10001893, Endereço: Rua Alberto Serpa, n.º 161 — 1.º, Hab. n.º 3, Ramalde, 4100-010 Porto, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Dr. Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-138 Porto.